

EUGENIA, EDUCAÇÃO E SABER MÉDICO:

O DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927)¹

EUGENICS, EDUCATION AND MEDICAL KNOWLEDGE: THE EUGENIC DISCOURSE AT THE I NATIONAL CONFERENCE ON EDUCATION (1927)

Alexandre Alves²

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati³

RESUMO: O objetivo deste artigo é problematizar como o discurso eugênico no Brasil esteve vinculado à educação a partir da análise da *I Conferência Nacional de Educação* realizada em Curitiba em 1927, além de outros documentos do período. Fundamentado numa análise documental, num primeiro momento realizou-se um estudo sobre o tema eugenia e educação presentes em teses, dissertações e artigos. Diante disso, o artigo analisa o debate em torno de temas como a “degeneração”, a miscigenação, as teorias da hereditariedade, a relação entre eugenia e higienismo e a questão da educação eugênica. Argumenta-se que a escola foi uma das principais formas de circulação do discurso eugênico entre diferentes camadas sociais. Com a função de forjar o sujeito para a plena consciência eugênica do melhoramento da espécie e do corpo social, a eugenia foi enaltecida em diversas teses apresentadas na I CNE, denotando claramente sua assimilação pelos educadores da época.

Palavras-chave: Educação-eugênica. Mestiçagem. Saber médico.

ABSTRACT: The objective of this article is to problematize how the eugenic discourse in Brazil was linked to education departing from the analysis of the *I National Conference of Education* held in Curitiba in 1927, and other documents of the period. Based on the documentary analysis, at first a study on eugenics and education in theses, dissertations and articles was carried out. Thus, the article analyzes the debate around themes such as degeneration, miscegenation, such as theories of heredity, a relationship between eugenics and hygiene, and a question of eugenic education. It is argued that school was one of the main circulation forms of the eugenic discourse among different social groups. With the function of shaping the subject to full eugenic conscience concerning the improvement of the species and the social body, eugenics was extolled in several theses presented in the I CNE, clearly denoting its assimilation by the educators of the time.

Keywords: Education-eugenics. Miscegenation. Medical knowledge.

¹ Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Nossos agradecimentos ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS) e à Profa. Dra. Maura Corcini Lopes pela orientação e o apoio.

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

³ Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Introdução

Este artigo tem por propósito discutir a relação entre discurso eugênico e educação a partir da análise da I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba no ano de 1927⁴. A I CNE faz parte de uma série de quatro conferências realizadas pela *Associação Brasileira de Educação*, as quais influenciariam consideravelmente as políticas educacionais das décadas de 1920, 1930 e 1940, no Brasil. A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada no Rio de Janeiro, em 1924, e visava reunir os esforços de todos aqueles interessados na transformação do país por meio da educação. A ABE promovia campanhas educacionais, debates, eventos, congressos e publicações sobre a educação e a realidade do país. Era composta não só de pedagogos, mas também de engenheiros, advogados, médicos e intelectuais importantes na época como Roquete Pinto, Belisário Penna e Fernando de Azevedo. Apesar de ser uma entidade civil, a ABE pautou o debate educacional na época e definiu o rumo das reformas educacionais do país entre os anos 1924 e 1935. O ponto alto da atuação da ABE ocorreu em 1932, com a divulgação do célebre *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, em 1932, que defendia a democratização do ensino financiado pelo Estado e a modernização dos métodos pedagógicos.

Em 1927, a ABE realizou, em Curitiba, sua I Conferência Nacional de Educação (I CNE). O objetivo do evento era pensar um modelo de escolarização que estivesse em consonância com a realidade nacional, modelo a partir do qual se forjaria o indivíduo moderno e civilizado necessário ao progresso da nação. Não por acaso, foi escolhido para o evento o ano de 1927, que marca o centenário da primeira lei sobre educação no Brasil, a lei de 15 de outubro de 1827, que previa a instituição de “escolas de primeiras letras” em todas as vilas e cidades mais populosas do Império (BRASIL, 1878, p. 71). Por falta de condições materiais e de

⁴ Em suas 694 páginas, o documento contém as 111 Teses apresentadas na ocorrência em Curitiba/PR, dezembro de 1927, que contou com a participação de delegados de ensino de 18 estados brasileiros. O livro foi publicado em 1991, em comemoração aos 60 anos do MEC (COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997).

vontade política, a lei fracassou e mais de 100 anos ainda se passariam antes que o Brasil tivesse um sistema de escolarização de abrangência nacional.

A I CNE contou com a participação de delegados de ensino de 18 estados da federação, além de diferentes personalidades de outras áreas, tais como o sanitarista Belisário Penna, a fisiologista e educadora Branca de Almeida Fialho e o médico eugenista Renato F. Kehl, entre outros. A presença de eugenistas e outros intelectuais identificados com o higienismo e com o discurso eugênico durante o congresso denota a importância da associação entre eugenia e educação, a qual visava à formação biotipológica de um novo sujeito, o que nos conduz a investigar como o discurso eugênico esteve presente nesses debates.

Muitos viam na “degeneração” física e moral da população brasileira a causa do atraso do país. Assim, ao lado dessa árdua tarefa que era a construção de um modelo educacional que abarcasse todo o território nacional, muitos dos delegados faziam reflexões e propunham medidas alinhadas com o discurso eugênico, então em seu auge no mundo⁵. Conforme Celina Padilha, na tese nº 74, “[...] não se deve cruzar os braços e assistir as gerações se sucederem umas às outras nos erros e na ignorância de problemas dos mais sérios para a moral e para a eugenia.” (PADILHA, 1997, p. 431). Belisário Penna também via um sentido de urgência nessa tarefa e atribuía à educação o papel de regeneração bio-social da população:

A missão da educação moderna é mais biopsicossocial do que literária, consistindo no respeito às leis inflexíveis da biologia humana, pela prática dos preceitos da higiene e da eugenia, para que saibam e possam todos cumprir a finalidade biológica do homem, de que resultam: os deveres individuais, isto é, o interesse pelo próprio desenvolvimento e melhoramento físico-psíquico. (PENNA, 1997, p. 32).

Alguns conceitos presentes no discurso eugênico, tais como “degenerescência da raça”, “educação sexual”, “aprimoramento físico,

⁵ Para uma análise sobre o viés eugênico presente nas discussões da I CNE e sua relação com o saber-poder médico, cf. Pizolati, 2018.

intelectual e moral” estiveram em debate durante a I CNE, demonstrando claramente a confluência de certas temáticas caras, tanto para os eugenistas quanto para os educadores. A proposta desse estudo consiste em identificar até que ponto e de que maneira se forjou uma aliança entre conhecimento pedagógico e saber médico tendo como base o discurso eugênico.

É importante ressaltar que, no momento em questão, antes do advento do nazismo, a eugenia ainda gozava de influência nas mais diversas áreas do conhecimento⁶. Da série formada pelas quatro Conferências Nacionais de Educação, verificamos que foi nesse primeiro encontro que a eugenia, por meio de alguns de seus mais célebres defensores no Brasil, se fez presente de modo mais contundente nos debates educacionais.

1. As teorias da hereditariedade e a questão da miscigenação

Com base na teoria de Francis Galton (1822-1911), os eugenistas entendiam que a situação de subdesenvolvimento de algumas nações ocorria devido à “fraca” constituição genética de seu povo. Diante disso, diferentes estudos nesse período, alicerçados em teorias racialistas, argumentavam que o melhoramento e o aprimoramento humanos eram condições imprescindíveis e inevitáveis, tanto para o progresso das nações quanto para a preservação da própria espécie. Alicerçada na então recém-inventada ciência da genética, a eugenia embasou diversas teorias a respeito da hereditariedade no intuito de legitimar-se enquanto ciência. Como lembra o historiador da ciência William Provine: “[...] em muitos países, os geneticistas emprestaram seu prestígio e forneceram apoio ao início do movimento eugênico” (PROVINE, 1986, p. 865-866).

No Brasil, os debates sobre o modelo ideal a ser aplicado no processo de regeneração biossocial envolveram intelectuais de diversas áreas, tais como: eugenistas, geneticistas, antropólogos, sanitaristas, higienistas, juristas e educadores. Seu objetivo era tríplice, de acordo com Belisário Penna: “1) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a própria vida; 2)

⁶ Sobre o movimento eugênico alemão, cf. a obra clássica de Proctor (1988). Sobre Davenport e o movimento eugênico norte-americano, cf. Kevles (1985, p. 41-56) e Black (2003).

entreter, defender e melhorar, incessantemente, a vida da família e da sociedade; 3) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a vida da espécie.” (PENNA, 1997, p. 29).

Nesse cenário, importantes personalidades atribuíam o atraso econômico do país à “baixa qualidade” racial do povo brasileiro, argumentando que a saída seria embranquecer a nação, tornando-a forte fisicamente e moralmente civilizada. Segundo as postulações de J. B. Lacerda (1911), um dos primeiros a introduzir o discurso eugênico no Brasil, em aproximadamente um século, tal “desafio” seria atingível, desde que tomadas as devidas medidas a respeito do cruzamento inter-racial (LACERDA, 1911).

Todavia, foi a partir da segunda metade da década de 1910 que o discurso médico-eugênico adquiriu força e apresentou-se como sendo a ciência responsável por “regenerar” a raça brasileira (CARVALHO; SOUZA, 2017, p. 888). Tais debates acerca do futuro da nação brasileira e a formação política e educacional do cidadão republicano, necessário para o pleno desenvolvimento do país, pautou as preocupações dos intelectuais nas primeiras décadas do séc. XX. De acordo com Souza (2008, p. 149):

Durante as primeiras décadas do século XX, apesar da divergência quanto ao futuro racial brasileiro, o país parecia entrar numa era de profundas mudanças políticas e sociais. De um lado, a industrialização, a imigração e a urbanização das principais cidades pintavam um novo cenário para o Brasil; por outro, os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial causavam grande impacto nas elites política e intelectual brasileiras, forçando-as a voltar seus olhos para dentro do seu próprio país.

Nessa leitura biológica da nação, a questão da miscigenação, já discutida por uma série de intelectuais brasileiros desde o fim do século XIX, se colocava como um problema central. Assim, a partir dessa leitura biologista do atraso nacional, a urgência em popularizar a eugenia seria de fundamental importância. O médico sanitário Belisário Penna, que abriu os trabalhos da Conferência, atribui o atraso do país ao:

[...] descaso pelas leis imutáveis e inflexíveis da biologia humana, a ignorância de rudimentares preceitos de higiene e profilaxia e o desconhecimento de simples noções de eugenia e de medicina social, não apenas entre as classes incultas ou pouco cultas, que constituem mais de 8/10 da população, como entre as cultas, inclusive, na sua maioria, a incumbida da instrução primária, limitada, de regra, a superficial ensino literário. (PENNA, 1997, p. 27).

A miscigenação era uma questão que separava os adeptos da eugenia “branda”, normalmente vista em associação com políticas educacionais e de saúde preconizadas pelo movimento sanitarista, e os adeptos da eugenia “dura”, que defendiam medidas como a esterilização forçada dos criminosos e doentes mentais e leis de controle dos matrimônios para evitar a miscigenação. Neste último grupo incluíam-se eugenistas brasileiros da “linha dura”, como o médico Renato Kehl e o geneticista Salvador de Toledo Piza. Referente à questão da esterilização, Kehl (1921, p. 155-156) era categórico acerca do destino dos indivíduos considerados “disgênicos”:

Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asylos; os mendigos que perambulam pelas ruas [...] os amoraes, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça [...] A porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante [...] é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos [...] Após a guerra às epidemias as reformas médico-sociais e eugênicas entram em efervescência [...] Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplatos da espécie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo eugênico.

Segundo Nancy Stepan (1991, p. 64-101), a divisão entre a eugenia “branda” e a eugenia “dura” se sobrepõe a uma outra divisão nas teorias da hereditariedade: o neolamarckismo e o mendelismo. Os adeptos da eugenia “dura” seriam todos mendelianos. Já o neolamarckismo (MAYR, 1982, p. 613-620) é uma teoria da hereditariedade que precede a descoberta da genética mendeliana em 1900 e foi predominante nos países latinos, em particular na França, que nessa época era modelo para os intelectuais da

América Latina. Os neolamarckistas defendiam a herança dos caracteres adquiridos, o que na prática significava que a “regeneração” das populações podia acontecer mediante intervenções ambientais (como investimentos em saúde pública e educação), sem a necessidade de controlar diretamente seu equipamento genético. Os eugenistas mendelianos, em contrapartida, tendiam a defender a intervenção direta na genética das populações afim de garantir a “higiene racial” (PROCTOR, 1988). Os mendelianos predominavam na Alemanha e nos EUA. Para eles, a eugenia era concebida simplesmente como as leis genética aplicada aos humanos.

Porém, é preciso relativizar a rigidez dessa divisão. No Brasil, a demarcação entre neolamarckistas e mendelianos não era clara. No decorrer da década de 1920, diversos elementos do movimento eugênico brasileiro aderiram ao mendelismo, mas nem todos tornaram-se adeptos da eugenia dura. A fim de esclarecer a questão, examinemos brevemente as trajetórias de Renato Kehl e de Roquette-Pinto, dois mendelianos que assumiram posições opostas com relação à questão da miscigenação.

Renato Kehl, um dos fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP)⁷, entre 1920 e 1927 atuou no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Na década de 1920, afastou-se progressivamente do movimento sanitaria na medida em que se familiarizava com a genética mendeliana. Após uma série de viagens à Alemanha, aproximou-se do eugenismo germânico, tendo feito pesquisas em diversas instituições eugênicas alemãs, entre elas o Instituto Kaiser Wilhelm de antropologia, hereditariedade e eugenia. Kehl também sofreu a influência do eugenista norte-americano Charles Davenport, um dos líderes do movimento eugênico

⁷ “Contando, com mais de 140 membros, em sua maioria médicos da capital paulista, a Sociedade Eugênica teve como Presidente o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, cujo nome parece ter contribuído muito para angariar o interesse da elite médica e da imprensa em torno dessa instituição. O cargo de Secretário Geral foi ocupado pelo próprio Kehl, enquanto, para a vice-presidência, foram eleitos os nomes dos médicos Olegário de Moura, Bernardo de Magalhães e Luis Perreira Barreto. Os membros dessa instituição a proclamavam como uma ‘organização científica’ de estudos e aplicação da eugenia no Brasil, tendo como finalidade as ‘questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie humana’. Os estatutos da Sociedade definiam como seus fins o estudo da legislação, dos costumes e das influências do meio sobre as ‘aptidões físicas, morais e intelectuais das gerações futuras’; divulgação da eugenia entre o público; estudo da regulamentação matrimonial e da campanha pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial.” (SOUZA, 2008, p. 151).

norte-americano e inspirador da política de seleção de imigrantes e esterilização em massa.³ O pensamento arianista de Davenport, contrário à miscigenação, contou com a adesão dos antropólogos Lothrop Stoddart (1883-1950), Madison Grant (1865-1937) e Alfred Paul Schultz (1878-1950), membros da *American Anthropological Association (AAA)*. Juntos, eles formaram “[...] a tríade contrária à misturas das raças.” (SOUZA, 2016, p. 605). Para Kehl, o “ideal regenerador”, como ele chamava a eugenia, exigia o impedimento da procriação dos “degenerados” e a proibição da prática da miscigenação. Seguindo o modelo norte-americano, Kehl acreditava que sem intervenção direta na hereditariedade da população, não haveria salvação para o Brasil (KEHL, 1923, 1929).

Outra figura do movimento eugênico que aderiu ao mendelismo em meados da década de 1920 foi o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Para ele, que foi diretor do Museu Nacional a partir de 1926, as leis mendelianas de segregação dos genes não implicavam degeneração da população, mas apenas diferentes combinações, todas igualmente legítimas. Na perspectiva de Roquette-Pinto (1931; 1933; 1936), o problema central do Brasil não estava relacionado à raça em si e sim à qualidade precária da saúde e da educação no país, ou seja, a fatores ambientais não relacionados à “falsa biologia”, expressão que Roquette-Pinto utilizava para desqualificar as propostas de eugenia negativa de Kehl e seus adeptos (SOUZA, 2016). Sob esse prisma, a hibridização não seria a causa da “degenerescência” do brasileiro (LEVINE, 2017, p. 74-5)⁸.

Nos meios eugênicos, a disputa em relação ao que viria de fato a influenciar na degenerescência do sujeito girava em torno de duas questões centrais: o meio degenerado e a raça miscigenada. Para Belisário Penna e Roquette-Pinto, a “eugenia branda”, voltada para as práticas de saneamento e educação, seria o principal caminho para a regeneração

⁸ Vale citar a especificidade do caso do Brasil na história comparativa do movimento eugênico no mundo feita por Philippa Levine: “[...] em alguns casos, os eugenistas afirmavam que o cruzamento racial era benéfico, até mesmo necessário. Na América Latina, mesmo adeptos da teoria mendeliana argumentavam que a mistura produziria resultados favoráveis. Edgard Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional no Rio de Janeiro, e o geneticista Octavio Domingues predisseram no final dos anos 1920 que, com o tempo, a mistura racial “branquearia” a população brasileira, um resultado que eles viam como altamente desejável.” (LEVINE, 2017, p. 75).

biossocial. De seu ponto de vista, as políticas educativas referentes à conscientização dos cuidados com o corpo, somadas à miscigenação com saldo positivo para a raça caucasiana, resultariam diretamente em proles aprimoradas ao longo do tempo.

Diversos estudos mostraram que, desde sua emergência até 1929, quando ocorre o *I Congresso Brasileiro de Eugenia*, a eugenia brasileira esteve vinculada sobretudo às práticas de higienismo e saneamento (CASTAÑEDA, 1998; ROCHA, 2010; STEPAN, 1991). Isso gerou certa confusão a respeito do que viria a ser a eugenia propriamente dita, o que de fato não foi algo exclusivo do Brasil, o mesmo tendo ocorrido no México, por exemplo, onde os eugenistas identificavam a nação com a “raça cósmica”⁹ (STEPAN, 1991, p. 145-153). Nessa perspectiva, ao argumentar que os diferentes povos pertenciam ao gênero humanidade, Roquette-Pinto entendia que a diferença se daria em torno da civilização e da sociabilidade de cada grupo étnico, fazendo com que a educação se sobrepusesse em importância ao próprio conceito de raça (HOCHMAN; LIMA; CHOR MAIO, 2010, p. 500; LEVINE, 2017, p. 74-5). Sendo assim, excluir o sujeito híbrido desse processo seria um ato de suicídio (MAGALHÃES, 1913, p. 20), pois conforme Roquette-Pinto, era mister encontrar “[...] certas soluções seguras para alguns problemas sociais, mas nem sempre, nos planos mais elevados, as soluções podem ser puramente biológicas.” (ROQUETTE-PINTO, 1936, p. 180).

2. O papel da educação eugênica

A ênfase na higienização, na moralização e na construção de hábitos “civilizados” proposta pelos adeptos da eugenia “branda” reservava,

⁹ A recepção das idéias eugênicas no México coincide com a forte preocupação, após a revolução mexicana de 1910, com a identidade nacional do país. Alguns viam no indígena um fator de atraso e na eugenia a possibilidade de modificar a composição racial mexicana. No entanto, a ampla miscigenação da população mexicana impedia a aplicação estrita das medidas eugênicas propugnadas pelos eugenistas europeus e norte-americanos. Assim, muitos intelectuais, apesar de ainda influenciados pelas idéias eugênicas, passariam a defender a miscigenação ao invés de combatê-la como solução para o atraso do país. É nesse contexto que, em 1925, o filósofo mexicano José Vasconcelos propõe o conceito de “raça cósmica”, unindo mito e ciência para explicar a possibilidade da construção de uma sociedade harmônica e de uma nova era por meio da miscigenação universal (LÓPEZ GUÁZO, 2005).

portanto, um papel muito relevante à educação. Conforme o relatório da Associação Brasileira de Educação (ABE) no I CNE, de pouco adiantaria miscigenar o povo a fim de elevar o quociente racial dos indivíduos sem uma educação eugênica de qualidade, pois um indivíduo eugenizado fisicamente seria inútil diante da permanência de hábitos imorais e “insalutares”, que só seriam sanados por meio da educação da população. Até mesmo a imigração para o Brasil dependeria do saneamento da sociedade e da educação dos indivíduos: “Enquanto não educarmos convenientemente o nosso povo, a fim de cumprir a sua finalidade biológica, não teremos o direito de convidar elementos sadios de outros povos para serem devorados neste sorvedouro de ignorância e de endemias”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 86).

O geneticista e zootecnista Octávio Domingues (1897-1972), outra forte influência no movimento eugênico brasileiro, embora mendeliano como Renato Kehl, não compartilhava de sua posição em relação à eugenia “dura”¹⁰. Domingues acreditava que a educação deveria ter um papel central no processo de regeneração da população e justificava a importância de se ensinar genética nas escolas, para aumentar o conhecimento do papel da biologia na vida dos indivíduos e, por exemplo, evitar os “[...] conúbios indesejáveis para a espécie, para a raça e para os indivíduos mesmos.” (DOMINGUES, 1933, p. 129). Em sua visão, sem o ensino adequado, o sucesso do processo de eugeniização pretendido seria inatingível. Sempre buscando a conscientização dos indivíduos, a mudança comportamental se daria em prol do bem maior da nação e ocorreria somente a partir de uma educação alicerçada na eugenia. Assim se evitariam, na opinião de Carlos Monarcha, (2009, p. 93), “[...] as deformidades físicas e mentais causadas pelas doenças endêmicas, o bócio, ao lado das endemias de leishmaniose, tuberculose, sífilis, disenterias, ancilostomíase, malária, febre amarela [...]” e demais males que fariam “degenerar” a espécie.

¹⁰ Por eugenia “dura” entende-se, na visão de Renato Kehl, “a esterilização [eliminação] dos degenerados e criminosos [que] constitui uma das medidas complementares da política eugênica, a qual estabelece, precipuamente, o exame de sanidade pré-nupcial, o impedimento à paternidade indigna, à procriação, em suma, de cacoplastas.” (KEHL, 1929, p. 171).

Esses debates referentes à questão racial brasileira, analisados acima, também se fizeram presentes no âmbito internacional¹¹. Embora no Brasil não houvesse centros de pesquisa em eugenia, para fazer medidas biométricas e rastrear o *pedigree* das famílias, segundo William Provine, (1973, p. 790-796), diferentes geneticistas estrangeiros tinham no país o objeto ideal para suas reflexões sobre os efeitos da mestiçagem sobre a hereditariedade. A hibridização racial do brasileiro se constituía num problema para o movimento eugênico internacional, que atraiu a atenção de políticos, juristas, educadores, eugenistas, geneticistas, sanitaristas e antropólogos, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Assim, a disputa pela definição da eugenia era inseparável das questões da miscigenação e das medidas a serem adotadas para garantir o futuro do Brasil como nação. No decorrer da década de 1920, tornou-se hegemônica a posição que preconizava que a constituição do “novo homem” brasileiro deveria passar inevitavelmente pela educação, já que ela seria o principal dispositivo disseminador das próprias práticas eugênicas, entendidas de forma ampla, como incluindo cuidados com o corpo, sexualidade consciente, higiene¹² e saneamento.

A educação eugênica seria desenvolvida no intuito de criar uma subjetividade de ordem biossocial, cuja orientação educacional adequada caberia aos pedagogos em um trabalho a ser realizado concomitantemente com médicos sanitaristas, eugenistas e psiquiatras. Por meio da orientação de profissionais especializados, verdadeiros sacerdotes da causa eugênica, a intenção era fazer da eugenia um modo de vida, até mesmo uma nova religião (STEPAN, 1991, p. 49-50). Nesse sentido, de acordo com Belisário Penna, a emergência das autoridades em pautar no eugenismo a agenda educacional do país se dava devido ao fato de que eram poucos os “[...] que sabem defender e melhorar a própria vida, insignificante fração preocupa-se

¹¹ Nesta pesquisa, que visa essencialmente documentar a vinculação entre educação e saber-poder médico no debate educacional da época, a questão racial não é o objetivo central, por isso não foi aprofundada para além das discussões sobre a questão da miscigenação. A questão racial foi tratada de maneira detalhada e exaustiva em outros trabalhos, aos quais remetemos o leitor (KERN, 2016; MUNARETO, 2013; SOUZA, 2012; DÁVILA, 2006; MOTA, 2003; STEPAN, 1991).

¹² A respeito dos estudos vinculados à higiene e sua relação com a eugenia cf. Kinoshita (2013).

com a defesa e melhoramento da sociedade, contando-se pelos dedos os que cogitam do aperfeiçoamento da espécie.” (PENNA, 1997, p. 30). Nessa perspectiva, do autogoverno de cada um dependeria o futuro e a felicidade de toda a nação e mesmo da espécie.

Como lembrava Celina Padilha, na tese nº 74, sobre educação sexual, “[...] o trabalho deve ser começado e sem perda de tempo. Compete, pois, à escola iniciá-lo e preparar as crianças de hoje para que os pais de amanhã sejam também educadores de seus filhos.” (PADILHA, 1997, p. 431). A educação sexual, importante aliada da eugenia, exerceria o efeito de orientar os sujeitos sobre os riscos sociais oriundos de doenças venéreas. “Não mais se discutem as vantagens higiênicas e eugênicas da educação sexual.” (PADILHA, 1997, p. 433). Para Padilha, a educação sexual deveria ser papel da escola, posto que tal assunto era negligenciado na maioria dos lares brasileiros. Em consonância com o botânico e professor Alberto José Sampaio (1929), Padilha enfatizava que o ensino pautado na eugenia e na genética se justificava pelo fato de “[...] que muitos pais, por ignorância, são incapazes de dirigir a educação sexual de seus filhos.” (PADILHA, 1997, p. 430).

Conforme o relatório referente à Tese nº8: “A atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927”, a emergência da eugenia articulada às práticas de sanitarismo e higiene seria fundamental na formação desse novo brasileiro que se almejava forjar por meio da escola:

Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos de higiene e da eugenia, como indispensáveis a prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 86).

A escolarização, pautada por critérios eugênicos, seria o caminho para a regeneração do povo brasileiro e a superação do nosso atraso histórico. Uma vez que, segundo Roquette-Pinto (1929, p. 147) “[...] o homem precisa ser educado e não substituído”, seria por intermédio da

educação que o país faria parte do concerto das nações civilizadas, e a eugenia, dentre outras ideologias, fez-se presente nos debates ocorridos em 1927 em torno do tipo de indivíduo que se almejava constituir: o brasileiro do futuro.

3. Peculiaridades da eugenia brasileira

O movimento eugênico brasileiro se vinculou a distintas áreas da ciência a fim de buscar credibilidade, o que se deu graças ao seu “[...] caráter polimorfo [...]” (SOUZA, 2006, p. 17). Para retomar a discussão que iniciamos acima, sobre a divisão entre neolamarckistas e mendelianos, pelo que foi exposto até aqui, notamos que a importância atribuída à educação no movimento eugênico brasileiro mostra que havia uma síntese peculiar entre as duas teorias da hereditariedade. Mesmo mendelianos como Roquette-Pinto e Octavio Domingues continuaram defendendo as medidas educacionais e preconizando a miscigenação como saída para o atraso brasileiro. Se Lamarck estivesse certo ao postular a hereditariedade dos caracteres adquiridos, isso significaria que, por meio de políticas públicas de saneamento e educação, em poucas décadas o Brasil teria uma população eugenicamente sadia. Entender como operava essa síntese peculiar entre o neolamarckismo e o mendelismo¹³, para além de um exercício de história das ideias, nos permite problematizar a relação entre eugenia e educação.

Entretanto, as práticas eugênicas que se pretendia adotar no Brasil eram confusas quando comparadas ao que se já se praticava nos Estados Unidos e na Alemanha. Com base na análise dos *Boletins de Eugenia*, é possível entender que a eugenia exercida no Brasil gerava certa confusão entre os próprios eugenistas, visto que era entendida como similar às práticas higienistas e da medicina social utilizadas na época. Conforme Belisário Penna:

¹³ Segundo Wegner (2017), em seu estudo sobre dois mendelianos com posições opostas sobre a miscigenação, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza, a partir da mesma matriz mendeliana, diferentes posições puderam surgir e se afirmar: “A consolidação da adesão à teoria mendeliana não levou ao consenso acerca da miscigenação, mas a uma multiplicidade de posições.” (WEGNER, 2017, p. 25).

Desconhecendo ou desprezando as leis inflexíveis da Biologia humana, as conquistas da Higiene, da Eugenia e da Medicina Social, despendendo o mínimo esforço de operosidade, o Brasil tem evoluído pathologicamente, sob o domínio de interesses ocasionaes, quase sempre inconfessaveis, dos seus dirigentes, offuscados pela pujança da natureza e suas possibilidades latentes. Fiados exclusivamente nisso, sem cuidar da vitalidade e da educação do povo para poder vencer a rudeza e a própria grandiosidade da natureza. (PENNA, 1923, p. 22-23).

O viés eugênico brasileiro diferenciava-se do mendelismo estrito ao pautar-se por um caráter mais sociológico e menos biológico. Assim definiu o editor britânico K. E. Trousoun: “[...] aparentemente, os brasileiros interpretam a palavra [eugenia] de maneira menos estrita que nós, e a fazem abarcar muito do que seria preferível chamar de higiene e sexologia elementar. Nenhuma distinção muito clara é estabelecida entre condições congêntas, devidas a dano pré-natal, e doenças que são estritamente genéticas.” (TROUNSON, 1931 apud STEPAN, 1991, p. 64)¹⁴. Essa afirmação, no entanto, deve ser relativizada, pois é provável que Trousoun e os eugenistas do hemisfério norte em geral conhecessem pouco do debate eugênico no Brasil. Apesar de inicialmente alinhar-se às teses mais sociológicas dos sanitaristas, o médico Renato Kehl (1931; 1933), por exemplo, endurecerá cada vez mais sua posição em defesa da eugenia negativa e não somente de medidas paliativas e higiênicas como solução para o problema do atraso brasileiro.

Vale lembrar como alguns dos articulistas do Boletim de Eugenia definiam a “ciência de Galton”: “Eugenia é a sciencia do aperfeiçoamento physico, psychico e mental do genero humano, tendo em conta as disposições hereditarias da semente e as medidas que a beneficiem atravez das gerações.” (HUERTA, 1929, p. 2). Logo, segundo Souza (2006, p. 168, grifo do autor), o “[...] ‘eugenismo’ consistiria na aplicação da higiene, da educação e da medicina social, cujo objetivo seria o de ‘proteger e

¹⁴ Trousoun acrescenta: “[...] conflitos familiares, educação sexual e exames pré-nupciais parecem ser assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica.” (TROUNSON, 1931 apud STEPAN, 1991, p. 64).

favorecer o indivíduo em relação a si próprio e ao meio que o cerca' [...]", e não em relação à célula da reprodução e da descendência.

A maior parte dos eugenistas brasileiros acreditava que os hábitos saudáveis instituídos por meio da educação poderiam mudar a constituição biológica dos indivíduos. Dessa maneira, novos genes (propiciados graças à intervenção no meio) seriam perpetuados hereditariamente. Os adeptos dessa teoria almejavam "uma evolução impulsionada por lenta e intencional adaptação às mudanças no meio ambiente [via miscigenação]" (STEPAN, 1991, p. 78). As propostas para reverter a "degenerescência" da população brasileira, "[...] através dos cuidados com a saúde e a educação [...]" (MOTA; MARINHO, 2013, p.13), pretendiam levar ao surgimento de um "novo homem". Conforme as autoridades eugênicas divulgavam à época, esse novo homem seria fruto de uma educação alicerçada num ideal eugênico de sociedade. Segundo a nota da 11ª edição do *Boletim de Eugenia* de 1929, o "[...] ensino será desenvolvido com o elevado propósito de despertar, no espírito dos discentes, o respeito de si próprio e dos semelhantes, tendo sempre em vista a implantação do grande ideal da regeneração moral e physica do homem." (PENNA, 1929, p. 4). Assim sendo, por meio desse processo haveria indivíduos eugenizados não somente do ponto de vista biológico, mas também do ponto de vista mental e psicológico, pois esses indivíduos seriam dotados de plena consciência eugênica.

Alicerçada na eugenia, a higiene teria papel fundamental na preservação da espécie. Na tese nº 78, Nicolau Meira de Angelis entendia que, sem tais medidas práticas, a "raça" brasileira seria subjugada pelas raças mais fortes, daí "[...] a necessidade imprescindível que se impõe ao País: a solução dos problemas de higiene no Brasil, onde a degenerescência assenta o seu reinado, senhora absoluta, criadora de anormais, de tarados, inimiga implacável da raça." (NICOLAU, 1997, p. 437-38).

4. Aliança entre pedagogia e saber-poder médico

A procura de articulação entre os saberes pedagógicos e os saberes clínicos, entre o dispositivo escolar e o saber-poder médico, é evidente nos

documentos da I CNE. No entanto, a palavra final sobre a demarcação da linha que separa o eugenizado do anormal caberia exclusivamente aos especialistas da ciência eugênica. A avaliação final sobre a normalidade/anormalidade ficaria a cargo de um médico eugenista que indicaria possíveis “tratamentos” a fim de preservar a sociedade desse indivíduo disgênico. De acordo com João Maurício M. Aragão, na tese nº 80:

Ficará ainda à observação médica o desenvolvimento psíquico da criança, descendo a um cuidado mais minucioso nos casos de retardados ou anormais, conduzindo-a a escolas ou sanatórios especiais, onde, educados convenientemente, se tornem capazes de se dirigirem, evitando que sejam constantemente um embaraço à sua família e à sociedade. (ARAGÃO, 1997, p. 453).

O que de forma alguma esmaece a atuação dos pedagogos, pois seria a educação o principal instrumento a serviço da eugeniização biossocial, uma vez que, nas palavras de Roquette-Pinto:

[...] as raças às quais atribuía influência negativa deveriam ser convencidas e não forçadas ao controle populacional. Mestiços e negros deveriam ter sua sensualidade contida por uma educação moralizadora. Tratava-se, portanto, de civilizar os hábitos e costumes dessas populações. (ROQUETTE-PINTO apud GOUVÊA FILHO, 1955, p. 29).

O ensino teria papel conscientizador, conduzindo os sujeitos “bem-nascidos” ou não, às luzes da ciência eugênica, sem a qual a nação sucumbiria em um mar de degenerescência em poucos anos, segundo um prognóstico catastrofista que alimentava a crença na eugenia na época. Ao partilhar desse mesmo ideal eugênico, Belisário Penna (1923, p. 19) compreendia que as políticas voltadas para o saneamento, a higiene e a medicina social, aliadas à educação, seriam imprescindíveis para o desenvolvimento pleno da eugenia. Isto fica claro no artigo publicado por Renato Kehl na edição nº 8 do *Boletim de Eugenia*¹⁵, que tinha por objetivo esclarecer o papel da educação no processo de eugeniização social:

¹⁵ Referente aos estudos que articulam educação e eugenia a partir da análise dos *Boletins de Eugenia*, cf. Bonfim (2013) e Rocha (2011).

Eugenismo é educação, é saneamento, é hygiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficia o homem, reverte, direita ou indireta em benefício da sua próle. Não se deve, portanto, capitular da eugenia o que é eugenismo. Para concluir: A eugenia é sciencia do aperfeiçoamento physico, psyquico e mental do gênero humano, tendo em conta as disposições hereditárias da semente e as medidas que a beneficiem atravez das gerações. O eugenismo corresponde ao culto e à prática de acção eugênica no sentido amplificado, sem limite claro e explicito, visando proteger e favorecer o indivíduo em relação a si próprio e ao meio que o cerca. (KEHL, 1929, p. 1).

Segundo a tese nº 99, de Deodato de Moraes, caberia ao pedagogo orientar o jovem para uma vida eugênica, livre de vícios e outros comportamentos que conduziriam à degradação do indivíduo e à degeneração da espécie: "Uma das preocupações mais acentuadas do bom professor deverá ser aquela de dar combate aos vícios sociais que degradam o homem e degeneram a raça, principalmente o alcoolismo, que tantos males traz ao nacional e a sua prole." (MORAES, 1997, p. 609).

Mesmo sabendo que isso iria ferir a jurisprudência da família, a saída encontrada para sanar a degenerescência do indivíduo apoiava-se na interferência direta da educação, via escola, na vida dos jovens com o propósito de despertá-los para uma consciência eugênica. Belisário Penna justifica tal ação devido ao fato de 90% da população não ter instrução ou ser desprovida de inteligência suficientes para as necessidades de defesa da própria vida e do melhoramento da própria espécie. Na opinião de Penna, a grande maioria sequer fazia ideia dos riscos biossociais de seu comportamento e de suas atitudes (PENNA, 1997, p. 30). Quanto mais cedo ocorresse essa intervenção, maiores seriam os seus benefícios, sendo essa a missão de todos os participantes da I CNE: estimular a educação eugênica:

[...] fazer ressaltar a importância capital da educação higiênica e eugênica popular, começada desde a escola primária, a fim de, por esse ensino fundamental, formarmos a "consciência sanitária nacional", isto é, um estado de espírito coletivo consciente, convencido e firme, sobre a importância dos problemas higiênicos e eugênicos na vida do indivíduo e da sociedade. (PENNA, 1997, p. 29).

Todavia, apesar de ser clara a presença do discurso eugênico durante a I CNE, a viabilidade da educação na constituição do indivíduo eugenizado não era unânime entre os eugenistas. Tais dissonâncias ocorriam em torno dos debates sobre os efeitos eugênicos do ensino, que para os eugenistas da linha dura seriam inúteis. Para estes, era claro que, sem uma “boa herança”, a educação não surtiria efeito algum e seria um esforço inútil. Diversos artigos do *Boletim de Eugenia* enfatizavam a necessidade de orientar os jovens sobre os perigos acerca das misturas étnico-sociais contidas no matrimônio, pois de pouco adiantaria uma boa instrução diante de uma herança ruim.

Mesmo entre os pedagogos e eugenistas que não endossavam o racismo dos eugenistas da linha, havia a opinião de que a escola não era para todos e que procedimentos de seleção e exclusão eram necessários. Algumas teses do I CNE mostram de que forma preocupações eugênicas eram usadas como critério para nortear a normalização dos indivíduos no cotidiano escolar, excluindo-se da instituição os indivíduos tidos como “inaptos” por uma ou outra razão. De acordo com a tese nº 79, de Armanda Álvaro Alberto: “Os anormais, os inadaptáveis ao regime da Escola e os que faltam sem justificativas são eliminados.” (ALBERTO, 1997, p. 449). Segundo a tese nº 78, de Meira de Angelis Nicolau: “E como ainda não temos escolas para anormais, os tardios de inteligência jamais poderão ser bons alunos.” (NICOLAU, 1997, p. 443). Assim, podemos afirmar que as práticas de exclusão que historicamente estruturaram os processos de escolarização no Brasil, tiveram nos discursos médico-eugênicos, e nas teorias racialistas nos quais se embasavam, um de seus principais alicerces. Colocar em pauta esses discursos nos permite repensar em que medida, hoje, as práticas de escolarização ainda são influenciadas por critérios de hierarquização bio-sociais.

Considerações finais

A análise das teses da I CNE nos permite entender os modos de circulação do discurso eugênico nos debates educacionais dos anos 1920, no Brasil. A tarefa de criar um sistema nacional de escolarização, motivo

central do congresso, impunha a necessidade de fazer um diagnóstico das causas do atraso do país e de refletir sobre que tipo de sujeito era desejável educar para o futuro. O discurso eugênico fornecia uma resposta a essa questão, a partir de uma chave de leitura determinista e biológica da nação, em que a noção de “degeneração” desempenhava o papel central. Influenciados pelas teorias racialistas e evolucionistas da época, parte dos intelectuais, médicos e educadores presentes no I CNE creditava o atraso do país à “degeneração” física e moral de sua população. A partir desse pressuposto, postulava-se que o “aprimoramento humano”, orientado pela ciência eugênica, seria condição inescapável para o progresso do Brasil e o futuro da nação.

Todavia, os debates durante o congresso mostram que não havia consenso com relação às receitas a serem aplicadas para a “regeneração” da população. O ponto central que causava divergência era a questão da miscigenação. Intelectuais importantes, ligados ao movimento sanitarista, como Roquette-Pinto e Belisário Penna, embora flertassem com o ideário dos eugenistas, tomaram posição clara a favor da miscigenação. Para eles, os principais problemas do Brasil eram a falta de assistência, saúde e instrução para a maior parte da população do país e não sua constituição racial. O médico Renato F. Kehl, em contrapartida, atribuía à miscigenação a principal causa do atraso brasileiro e preconizava medidas de eugenia “dura” como a esterilização forçada e o controle dos matrimônios como saída para o país.

A disputa girava em torno do que se podia entender por eugenia e que práticas “eugênicas” podiam ser adotadas no Brasil. Em 1927, antes dos programas de esterilização em massa e do nazismo, a eugenia ainda mantinha toda sua influência como campo de pesquisa e discurso legitimador. Nas discussões do congresso entre educadores, era hegemônica a posição que identificava eugenia com mudanças comportamentais e ambientais, como o combate às doenças endêmicas, as práticas corporais e higiênicas, a moralização dos costumes e a sexualidade consciente. Saía vitoriosa a eugenia “branda” como solução para a criação do “homem novo” brasileiro.

Alicerçados numa síntese peculiar entre teorias neolamarckistas e mendelianas da hereditariedade, muitos médicos, antropólogos, pedagogos e eugenistas participantes do congresso eram otimistas com relação ao futuro da nação, caso o Estado e a sociedade despendessem os esforços necessários para a melhoria da “qualidade” de sua população. As mudanças comportamentais, ao lado da intervenção saneadora, eram as mais importantes, pois acreditava-se que do governo de cada indivíduo sobre seu corpo e sua sexualidade dependia o bem maior da nação. Caberia aos educadores, auxiliados pelo saber-poder médico, subjetivar as condutas para garantir esse resultado.

Nesse projeto biopolítico para o futuro da nação, para usar a linguagem de Michel Foucault, produzia-se uma determinada articulação entre o governo de si e o governo do outro (FOUCAULT, 2011, p. 32-42). A sinergia proposta entre o saber-poder pedagógico e o saber-poder médico para a implementação das novas práticas visava subjetivar um novo indivíduo, identificado com a modernidade e o progresso, que levaria à superação do atraso nacional. A educação eugênica, proposta nesse momento, pode ser lida como uma forma de direção de conduta em que o médico eugenista era visto como sacerdote a serviço do futuro da nação, orientando o processo educacional conforme a “verdade” da ciência eugênica (FOUCAULT, 2014, p. 208).

Acreditamos que a reflexão aqui proposta, apesar de se referir a debates e concepções do passado, tangencia a atualidade. É importante lembrar esse período, tão importante para a formação das práticas e discursos educacionais no Brasil contemporâneo, hoje quando se coloca na ordem do dia a luta por uma educação mais inclusiva e por uma escola mais democrática. A partir da análise dos debates da I CNE podemos rastrear as origens de algumas das práticas excludentes ainda existentes na escola brasileira e das formas de seleção e hierarquização que, em última análise, ainda são caudatárias de discursos eugênicos e higienistas.

Referências

- ALBERTO, Armanda Álvaro. A escola regional de Meriti – uma tentativa de escola moderna. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 446-450.
- ARAGÃO, João Maurício M. Assistência médica à infância escolar. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 451-455.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. A atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927. Relatórios das seções. *In*: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 78-98.
- BLACK, Erdwin. *War Against the weak*. Eugenics and america´s campaign to create a master race. New York: Four Walls Eught Windows, 2003.
- BONFIM, Paulo Ricardo. *A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.
- BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. (Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827, v. 1, pt I).
- CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2017v35n3p887/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- CASTAÑEDA, Luiza Aurélia. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da Eugenia. *Episteme*, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 23-48, 1998.
- COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Tradução de Claudia Sant´Anna Martins. São Paulo: Unesp, 2006.
- DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios em cinco lições*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GOUVÊA FILHO, Pedro. E. *Roquette-Pinto, o antropólogo e educador*. Rio de Janeiro: MEC/ Ince, 1955. (Conferência pronunciada na Associação Brasileira de Educação, na sessão de 18 de abril de 1955).

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade; CHOR MAIO, Marcos. The path of eugenics in Brazil: dilemmas of miscegenation. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (ed.). *The Oxford handbook of the history of eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 493-510.

HUERTA, Luis. Os fundamentos científicos da eugenia. *Boletim de Eugenia*, Piracicaba, v. 8, p. 1-3, 1929.

KEHL, Renato Ferraz. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co. Editora, 1923.

KEHL, Renato Ferraz. *Brazil médico*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1921.

KEHL, Renato Ferraz. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

KEHL, Renato Ferraz. Os erros da filantropia. *Boletim de Eugenia*, Piracicaba, v. 3, n. 32, p. 1, 1931.

KEHL, Renato Ferraz. *Sexo e civilização: aparas eugênicas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

KERN, Gustavo. "Educar é eugenizar": racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940). 2016. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2016.

KEVLES, Daniel. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Berkeley: University of California Press, 1985.

KINOSHITA, Carolina Toshie. *Um D. Quixote científico a pregar uma legião de panças: manuais de higiene a sombra da eugenia*. (1923-1936). 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LACERDA, João Batista. Sur les métis au Brésil. In: PREMIER CONGRÈS UNIVERSEL DES RACES, 1911, Paris. *Anais [...]*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LEVINE, Philippa. *Eugenics: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2017.

LÓPEZ GUÁZO, Laura Suárez. *Eugenesia y racismo em México*. México: Universidad Autónoma de México, 2005.

MAGALHÃES, Fernando. *Pró eugenismo*. Bahia: Editora Tipografia de São Francisco, 1913.

MAYR, Ernst. *The growth of biological thought: diversity, evolution and inheritance*. Cambridge: The Belknap Press, 1982.

MONARCHA, Carlos. *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MORAES, Deodato de. A escola nova. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 607-611.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. (org.). *Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina, UFABC, Universidade Federal do ABC, CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MUNARETO, Geandra Denardi. *Por uma nova raça: pensamento médico eugênico no Rio Grande do Sul (1920-1940)*. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NICOLAU, Meira de Angelis. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 437-445.

PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 428-433.

PENNA, Belisário. O ensino da genética nas escolas primárias. *Boletim de Eugenia*, Piracicaba, ano 1, n. 11, p. 1-4, nov. 1929.

PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, Maria José Ferreira franco; SHENA, Denílson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. I *Conferência nacional de educação (1927)*. Brasília: MEC: IPARDES, 1997. p. 29-33.

PENNA, Belisário. Prefácio. *In*: KEHL, Renato F. *Eugenía e medicina social (problemas da vida)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923. p. III-IV.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. *DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927, CURITIBA/PR – BRASIL)*. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7038/Audreiro%20Rodrigo%20Pizolati_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jun. 2018.

PROCTOR, Robert. *Racial hygiene: medicine under the nazis*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

PROVINE, William. Geneticists and race. *American Zoologist*, Utica, v. 26, n. 3, p. 857-887, 1986.

PROVINE, William. Geneticists and the biology of race crossing. *Science*, New York, v. 182, n. 4114, p. 790-796, 1973.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. *Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional*, Curitiba, v. 6, n. 13, p. 162-177, 2011.

ROCHA, Simone. *Eugenia no Brasil: análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia: 1929-1933*. 2010. 112 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Acta da sessão inaugural. *In*: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e trabalhos*. Rio de Janeiro: s. n.º, 1929. v.1. 342, p. 613-94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929. p. 305-308.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, Coleção Brasileira, v. 22).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Os fundamentos biológicos da sociologia. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1936.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Prometheus: or, biology and the advancement of man. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 31-33, out. 1931.

SAMPAIO, Alberto José. O ensino de genética nas escolas primárias. *Boletim de Eugenia*, Piracicaba, v. 1, n. 11, p. 1-4, 1929.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*,

Dourados, v. 6, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 597-614, jul./set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702016000300597&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 1 jan. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Política biológica como projeto, a eugenia negativa e a construção da nacionalidade na trajetória de Kehl*. 1917/1932. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, RJ, 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008. Disponível em: www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74. Acesso em: 21 jun. 2016.

STEPAN, Nancy Leys. *The hour of eugenics: race, gender, and nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 79-107, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v33n61/1982-4343-vh-33-61-00079.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Recebido em 14 de junho de 2018

Aceito em 24 de abril de 2019